

Substitutivo preocupa Sarney

Presidente chama cúpula política para discutir o texto

Preocupado com o atual momento político, quando está para ser definido o substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, o presidente José Sarney pode reunir heste final de semana, no Palácio da Alvorada, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, o senador Marco Maciel, presidente do PFL, e lideranças partidárias. Sarney está interessado em saber detalhes do projeto que será apresentado amanhã à Comissão de Sistematização.

O encontro não ficou acertado, mas o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que não está descartado. Couto revelou que Sarney está tão preocupado com os trabalhos da Constituinte, que ao desembarcar na madrugada desta sexta-feira, escerrando a sua viagem ao México, a sua primeira pergunta foi sobre o andamento dos trabalhos constituintes. A grave ficou em segundo plano.

O governo vem acompanhando com muita atenção os trabalhos da Constituinte, e pretende fazer suas sugestões, mas sem ferir a sua soberania. Ele disse que seria hipocrisia negar a intervenção do governo em alguns assuntos porque deve pensar no futuro do País. Para ele, o Brasil vive numa encruzilhada, e

passa por um momento "dramático".

De acordo com Costa Couto, o governo tem consciência de todos os fatos políticos que estão acontecendo na Constituinte. Algumas lideranças estão defendendo posições, como parlamentarismo e uma mandato de quatro anos, porque tem interesses eleitorais e dependem da nova Carta Magna para continuarem com seus projetos políticos. Por isso elas estão com interesse na definição do mandato e do sistema de governo.

Sarney vai passar o fim de semana no Palácio da Alvorada, não devendo ir para o seu Sítio de São José do Pericim, como é seu hábito, apesar de estar cansado da viagem que realizou ao México. Assim, Costa Couto não descartou a reunião com Ulysses e Maciel, além de lideranças partidárias, podendo até se encontrar com o próprio deputado Cabral. Mas cópia do projeto deve ser levada pelo líder do governo e da Câmara, deputado Carlos Sant'Anna.

Para manter seu ponto de vista, o governo também pretende recorrer ao apoio dos governadores, pois Couto entende que eles também têm seus interesses políticos e econômicos na Constituinte, com a melhor distribuição do bolo tributário.



Plínio de Arruda Sampaio

Defesa das emendas pode ganhar prazo

O prazo para a discussão do substitutivo e para a defesa das emendas populares poderá ser ampliado em cinco dias, caso o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), acate a sugestão apresentada na reunião de ontem da Sistematização pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Arinos já manifestou sua simpatia à proposta e afirmou que, caso não haja nenhum impedimento regimental, os prazos poderão ser ampliados. A definição final do calendário deverá acontecer na próxima reunião da Comissão, na segunda-feira.

De acordo com a sugestão de Plínio, os prazos para a apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, de 25 a 30 de agosto, serão mantidos, apenas a discussão continuará até o dia 4 de setembro. Plínio propôs também que as sessões ordinárias da Constituinte sejam suspensas durante este período, a fim de que haja mais tempo para a defesa das emendas e debate do substitutivo.

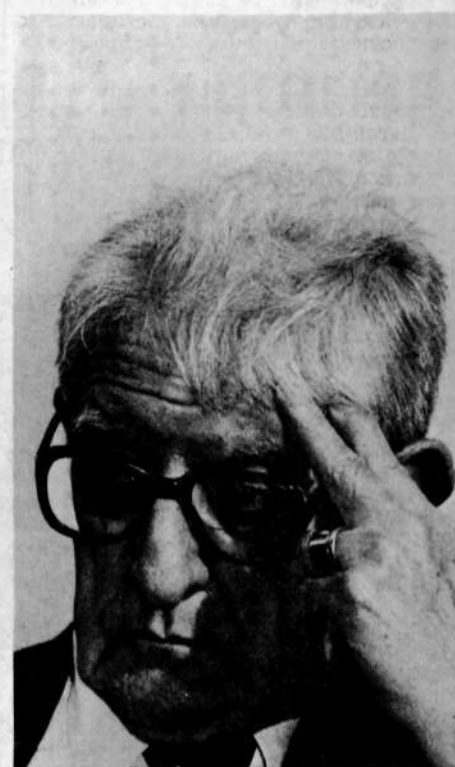
O deputado lembrou que só os 20 minutos que cada orador teria para defender as 83 emendas populares representam 27 horas de trabalho, que teriam que ser distribuídas por seis dias, de acordo com o atual calendário. Sobrariam, então, 9 horas para a discussão do substitutivo, caso fossem reservadas seis horas diárias para as duas tarefas.

— É impossível, é o mesmo que dizer que não há debate — desabafou o deputado, lembrando que a alteração do calendário seria uma oportunidade de "prestar uma homenagem" aos 13 milhões de pessoas que assinaram as emendas e centenas de entidades que designaram "suas pessoas mais ilustres" para defenderem suas idéias.

Se a sugestão de Plínio for acatada, estará definitivamente afastada a ameaça de que a defesa das emendas populares só seja feita após a discussão do substitutivo, como pretende o vice-presidente da Comissão de Sistematização, deputado Aluizio Campos (PMDB-PE). "Isso seria como fazer as alegações enquanto o juiz profere a sentença", protesta Plínio.



Maciel: parlamentarismo é tradição



Arinos: o decano do parlamentarismo

Arinos é agora líder dos parlamentaristas

Parlamentaristas de diferentes partidos, reunidos em almoço na residência do deputado maranhense Cid Carvalho, ontem, decidiram entregar ao professor e senador carioca Afonso Arinos de Melo Franco a liderança do movimento, não apenas por se tratar de uma figura respeitável, com grande tradição política e cultural, como por ser amigo pessoal do presidente José Sarney, a quem ajudou a ingressar na Academia Brasileira de Letras.

Arinos e os seus companheiros de diferentes partidos com assento na Constituinte estiveram discutindo estratégias de luta para que o movimento tenha êxito. A preocupação de todos é fazer com que o Presidente da República entenda que os parlamentaristas não estão animados por nenhuma intenção contra ele, o Presidente da República, mas apenas defendendo uma forma de governo que consideram capaz de dar estabilidade política ao País.

O ALMOÇO

Cid Carvalho reuniu em seu apartamento da 302

Norte, além do senador Afonso Arinos de Melo Franco, os deputados Israel Pinheiro Filho, Jutahy Magalhães e Virgildásio Sena (PMDB), Adolfo de Oliveira (PL), Sandra Cavalcante (PFL), Victor Faccioni (PDS), entre outros.

Os presentes concordaram em que terão de lutar contra a proposta da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que tomou a iniciativa de acolher a fórmula parlamentarista do professor Afonso Arinos, mas teve o cuidado de adiar a sua vigência para 1990. "Esta é a melhor maneira de enterrar qualquer possibilidade de parlamentarismo no Brasil", diziam, ontem, os líderes Mário Covas e Luiz Henrique.

Luiz Henrique argumentava que, adiando para 1990 a entrada em vigor do novo regime, abria-se a oportunidade para que se repetisse a frustrada experiência parlamentarista introduzida em 61 para evitar a guerra civil. João Goulart aceitou o parlamentarismo como preço a pagar por sua

posse, mas logo depois se envolveu em movimento para derrubá-lo, depois de plebiscito em que o povo disse não.

Para Luiz Henrique e os parlamentaristas, de um modo geral, ou se introduz o regime de gabinete ainda no governo do presidente José Sarney ou não haverá como pô-lo em prática. Por isso, todos eles sustentam a tese de que será necessário entrar em negociações com o Palácio do Planalto para convencer o Presidente a aceitar o novo regime.

O almoço dos parlamentaristas, ontem, com o senador Afonso Arinos, representou o primeiro passo de uma articulação que levará o veterano político mineiro a ter uma conversa a sós com o presidente José Sarney para sondar sua disposição a um entendimento com a maioria parlamentarista da Assembleia Constituinte.

O grupo pretende se reunir nas próximas horas para traçar uma estratégia, considerando como vital para as negociações o período entre 24 e 31 de agosto, quando o projeto Bernardo Cabral estará aberto para emendas.

Parlamentaristas advertem Planalto

Um emissário do grupo parlamentarista na Constituinte procurou ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, advertindo-o de que, caso insista na aprovação do presidencialismo, o presidente Sarney poderá ter uma vitória de Pirro, pois nessa hipótese seria praticamente certa a redução do seu mandato para quatro anos.

Os parlamentaristas estão empenhados em convencer os assessores diretos e conselheiros políticos do Presidente de que aceitar a mudança no sistema de governo é sua melhor opção. Ela lhe proporcionaria a possibilidade de ver consagrado, por consenso entre as forças políticas majoritárias na Constituinte, um mandato de no mínimo cinco anos.

A cúpula do PMDB, à exceção do senador Mário Covas, já estaria de acordo com a fórmula "cinco anos com parlamentarismo a partir de 1988", que teria sido sacramentada em reunião na residência de Ulysses Guimarães, segunda-feira, da qual participaram Bernardo Cabral e Afonso Arinos. Os parlamentaristas afirmam que já têm o consentimento de Ulysses, que, embora seja presidencialista por convicção, es-

taria disposto a aceitar uma solução consensual.

O PFL, porém, ainda preocupa os parlamentaristas: as duas principais lideranças do partido, o senador Marco Maciel e o deputado José Lourenço, continuam defendendo o presidencialismo. Além do trabalho de aproximação e conversa com cada um dos dois, os parlamentaristas pretendem utilizar uma arma muito forte: a figura de Afonso Arinos, que encarnaria o ideal parlamentarista como o jurista colocado acima das disputas políticas e, como filiado ao PFL, abriria espaço para o progresso da tese dentro do partido. A idéia é transformar Arinos em verdadeira bandeira viva do parlamentarismo.

A eleição presidencial em 1990 sob o parlamentarismo poderia esvaziar o movimento dos governadores contra a mudança de sistema. Para os governadores, 1989 seria uma péssima alternativa de eleição presidencial: a um ano do final do mandato, teriam suas lideranças testadas por uma eleição majoritária, com pequenas chances de recuperação de imagem em caso de derrota. Eles ficariam tranqüilizados também com a garantia de que o parlamentarismo nos Estados fica para o mandato seguinte.

Quércia defende o presidencialismo

São Paulo — Ao negar a existência de qualquer acordo com o Presidente José Sarney, o governador Orestes Quércia reafirmou hoje a sua decisão de lutar pela aprovação do presidencialismo na Constituinte, seja conversando com os deputados ou mesmo nos próximos encontros de governadores.

— Se eu puder convencer os constituintes vou fazê-lo e isso não significa dizer que irei pressioná-los. Vamos conversar, pois eu sou pelo presidencialismo — afirmou procurando desvincular a sua opção da vontade de Sarney. Para

Quércia, o País não tem partidos fortes e nem estrutura adequada para a implantação do parlamentarismo. Argumenta ainda com a experiência brasileira fracassada de parlamentarismo no início dos anos 60.

Além de conversar com os deputados, o governador paulista não descartou a hipótese de o regime de governo a ser implantado pela futura constituinte vir a ser exaustivamente discutido nos próximos encontros de governadores: "na verdade não há nada articulado e nem definido, mas o assunto poderá entrar em pauta". Concluiu.

Maciel: respeito à tradição

Fortaleza — O senador Marco Maciel afirmou ontem em Fortaleza que defende as eleições diretas em 89, por entender que o processo de elaboração da nova Constituição do País, em execução pela Assembleia Nacional Constituinte, "é mais importante do que qualquer eleição presidencial". O presidente nacional do PFL acredita que a Constituição que vigorará a partir do próximo ano não será de esquerda nem de direita, "mas espelhará a realidade brasileira".

Sobre o sistema de governo, Maciel, que cumprirá um extenso programa de contatos e reuniões ontem no Ceará e que prosseguem hoje, no interior do Estado, voltou a defender o "novo presidencialismo", por permitir o revigoramento dos poderes Legislativo e Judiciário. O senador pernambucano condenou a proposta do sistema misto

de governo, em discussão na Constituinte, por considerá-la inconveniente já que não prega o presidencialismo nem o parlamentarismo.

Maciel entende que a tradição brasileira exige a permanência do presidencialismo, mas de uma forma aprimorada, sem deixar enfraquecidos o parlamento e o Poder Judiciário. Na sua opinião, o parlamentarismo pressupõe uma tradição no País e partidos políticos estruturados, o que não é o caso do Brasil, conforme fez questão de ressaltar.

Indagando sobre a sua reação às críticas que a Aliança Democrática vem recebendo em quase todos os estados, onde não foi mantida, Marco Maciel explicou que "a Aliança é um pacto nacional", para garantir o prosseguimento do processo de redemocratização. Por isso, não se tem

preocupado com a opinião de lideranças regionais do PFL e do PMDB sobre o acordo, a nível nacional, entre os dois partidos. Ele prevê que a Aliança continuará até a sucessão do presidente José Sarney.

O presidente nacional do PFL, presidiu a inauguração da nova sede do PFL cearense, manteve reunião fechada com a executiva regional e as bancadas federal e estadual do partido. E hoje, segue às 8 horas para a cidade de Tauá, nos Inhamuns, uma das regiões mais secas do Estado, para encontro com as lideranças regionais. O PFL começou a se preparar para as eleições municipais de 88, segundo o presidente da executiva regional, deputado Lucio Alcântara, que acredita no sucesso eleitoral do partido no próximo ano, por conta do que considera desgaste do PMDB.

José Richa propõe gradualismo

Da Sucursal

São Paulo — O senador José Richa tem uma fórmula para implantar o parlamentarismo no Brasil, que considera o regime ideal para o País mas reconhece não existirem condições imediatas para sua introdução. Pelos seus planos, a adoção desse sistema seria incluído no corpo da nova Constituição, nos termos clássicos, e em disposições transitórias seria negociado o gradualismo da implantação.

Richa anunciou essa idéia durante um debate promovido ontem pela Associação dos Jornalistas de Economia do Estado de São Paulo. Ele argumentou que o parlamentarismo, ao desconcentrar poderes, confere maior estabilidade política ao País. E exemplificou: "Nos últimos 60 anos tivemos 40 de ditadura porque é muito fácil no Brasil dar um golpe de Estado. Basta trocar o presidente".

Ele teve essa idéia depois de conversar em Brasília com o deputado federal Egidio Ferreira Lima, um dos mais ardorosos defen-

sores desse sistema de governo. Richa concordava com a argumentação de Ferreira Lima sobre as vantagens do parlamentarismo mas resistia à idéia de sua adoção imediata. "E se fosse implantada aos poucos"? perguntou-lhe o deputado pernambucano. A partir daí, o senador paranaense passou a imaginar de que forma ele poderia ser introduzido gradualmente, até chegar à proposta anunciada.

Em meio ao público que assistia aos debates, Paulo Maluf acompanhava atentamente as colocações de Richa. Ele concorda com a proposta, mas desconfia que se o parlamentarismo for introduzido hoje servirá somente "como pretexto para arrumar emprego aos políticos após a Constituinte". E fiel à sua postura de opositorista esclareceu que se for adotado, "resolverá os problemas de José Sarney e Ulysses Guimarães, mas não os do País".

José Richa também reduziu as propostas de blocos descontentes com as posições do PMDB de criarem um novo partido, com

o grupo que se situa à esquerda. Segundo disse, respeito os que não estão satisfeitos com a orientação, mas duvida que tenham sucesso na formação de nova legenda. Ele explicou que não há tempo para isso. Neste ano as atenções devem se concentrar na Constituinte e nos próximos três anos haverá eleições em diversos níveis. Qualquer partido que queira se consolidar já deverá estar estruturado para enfrentar as urnas.

O senador do Paraná assinala que também tem restrições à linha assumida por seu partido, mas não pretende sair do PMDB e nem mesmo tentar modificá-lo antes do fim da Constituinte. Reconhece porém que as posições do partido, somado ao desgaste natural decorrente da ocupação quase hegemônica do governo, nos três níveis, pode prejudicar seu desempenho nas próximas eleições. Mas isso não o preocupa. Ao contrário, considera salutar para a estabilidade da democracia que se restabeleça o equilíbrio partidário.